

IDENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS: HOMOGENEIDADE OU ALIANÇA?

Maura Penna

(professora do Departamento de Artes e
mestranda em Ciências Sociais - UFPb)

“Diz um provérbio de camponeses árabes: ‘Eu contra meu irmão; eu e meu irmão contra meu primo; eu, meu irmão e meu primo contra aquele que não pertence ao clã.’

. . . inimigos em um determinado nível precisam ser aliados num nível diferente. Um homem é, assim, forçado a ser simultaneamente inimigo e aliado de um só grupo de pessoas, e tais contradições são continuamente enfrentadas e temporariamente resolvidas através da ‘mistificação’ gerada pelo simbolismo.”

(Cohen, 1978 :47)

As questões de identidade permeiam o campo de estudo dos movimentos sociais, na medida em que, com frequência, a mobilização de um grupo se vincula à construção de uma identidade comum. Antes de mais nada, é necessário explicitar o que se concebe por *identidade social*, o que não é tão óbvio nem tão fácil. Temos observado que, por vezes, a noção é praticamente transposta do senso-comum, havendo grande ambigüidade no uso do termo identidade (cf. Barbu, 1980 e Ruben, 1987). E, como já dizia Mauss, “não se deve tomar sem exame, como definição científica, uma clas-

significação usual" (1981:24). Apresentaremos, portanto, algumas reflexões sobre as identidades sociais – especificamente em relação à organização de grupos –, na tentativa de contribuir com alguns elementos para o estudo dos movimentos sociais.

I – Construção simbólica, construção mental, a identidade é uma representação (1), e como tal não é *dada*, não se deduz da objetividade, não é "algo peculiar a um grupo social porque ele é naturalmente *assim*." (Brandão, 1986:110).

A trajetória de um determinado grupo que, por exemplo, migra da zona rural para compor a força de trabalho de uma fábrica não determina que seus membros se reconheçam como um grupo coeso diante do patrão. Se não atentarmos aos movimentos e aos momentos em que esse grupo se une e se organiza, em que se diferencia internamente ou estabelece uma representação de identidade comum, se deduzirmos definitivamente sua identidade do fato de que trabalham em uma fábrica como operários, então estaremos muito mais projetando a nossa representação sobre o grupo do que estudando a deles.

– Mas qual, então, a relação das representações de identidade com a "realidade" social?

Em primeiro lugar, não concebemos as idéias como situadas em uma instância específica e compartimentada da vida social: as idéias entrelaçam-na por toda parte, não apenas interpretando, mas também organizando todas as práticas sociais (cf. Godelier, 1981: 184, 187 ss.). No entanto, se o pensamento e as representações atuam na organização das práticas sociais – tendo assim uma ação estruturante –, são, ao mesmo tempo, estruturados socialmente, uma vez que os esquemas de pensamento têm sua origem na sociedade, sendo "constituídos no curso da história coletiva. . . [e] *adquiridos* no curso da história individual" (Bourdieu, 1979: 545). A atividade estruturante dos agentes não é totalmente livre nem puramente pessoal ou individualizada; para não alongar a discussão, simplesmente porque sua atuação não se dá em um vazio, mas num mundo social já simbolizado, um mundo em movimento, carregado de significações coletivamente estabelecidas.

Enfocada enquanto representação, a identidade é localizada como

uma construção do pensamento, sendo, em relação à complexidade do real, uma construção redutora, na qual estão envolvidos processos de simplificação e focalização, sofrendo direcionamentos dados pelos interesses, valores e referenciais diversos socialmente disponíveis (2). E vale ressaltar que estes referenciais são desigualmente disponíveis, conforme as posições sociais e as práticas desenvolvidas, de modo que as condições de construção das identidades e os elementos nela articulados estão vinculados intimamente às condições de existência, à cultura e às relações sociais em que o indivíduo ou o grupo se encontra inserido.

II – As identidades sociais podem ser tratadas como uma forma de classificação, delimitando grupos. Os esquemas classificatórios, por orientarem não apenas a apreensão do mundo como também a própria ação, são objeto de lutas pelo poder simbólico(3) de “impor a definição legítima das divisões do mundo social” (Bourdieu, 1980:65; cf. tb. 1979: 559).

Os esquemas classificatórios, socialmente produzidos e compartilhados, atuam como diretrizes do pensamento e da percepção do mundo social, direcionando, portanto, a construção das representações. Nesse sentido, Bourdieu recupera o conceito de “representação coletiva”(4) como “produto de um mesmo esquema de percepção ou de um sistema de classificação comum”, mas que não deixa, por isso, de ser objeto de usos sociais antagônicos (1979:560).

Orientando a percepção, os esquemas classificatórios têm o poder de “fazer ver e crer”: se há diferenças na realidade, há também semelhanças; os membros de um grupo têm características comuns, ao mesmo tempo em que têm outras distintas; em termos de identidade, o elemento tanto de coesão quanto de diferenciação é construído, a depender do traço escolhido como critério – é a classificação que dá o recorte, promovendo o ordenamento (a delimitação de classes e sua relação) e a qualificação (os atributos de cada classe e sua valoração). Dessa forma, as lutas de classificações relativas a identidades são lutas por formas de reconhecimento, que envolvem não apenas a incorporação a uma classe, mas também o valor a ela atribuído, o conteúdo que lhe é dado. São lutas a nível da significação e da organização do mundo, pois as representa-

ções de identidade contribuem para fazer e desfazer os grupos, enquanto dependem, por outro lado, das relações de força que se estabelecem entre eles, nas práticas que cotidianamente os põem em contato e os confronta. Por conseguinte, as fronteiras de uma classe, mesmo as aparentemente mais formais, fixam um estado das lutas sociais, os sistemas de classificação funcionando como "instrumentos de poder, subordinados a funções sociais e orientados, mais ou menos abertamente, para a satisfação dos interesses de um grupo" (Bourdieu, 1979: 556).

O tratamento da identidade como uma modalidade de classificação não permite esquecer os processos sociais mais amplos que dão a configuração de um determinado contexto social ao qual a ação individual ou de grupo é referida, ou, mais especificamente, os processos que estabelecem os esquemas de classificação dominantes e que constroem determinadas representações, e onde é relevante a atuação dos setores intelectuais, dos instrumentos legais, etc. — enfim, não permite esquecer a função política dos sistemas simbólicos.

III — A especificidade da representação de identidade se encontra no vínculo com o "jogo" de reconhecimento, que se dá em duas direções, nem sempre coincidentes, que se articulam dinamicamente. Também apontam problemas metodológicos, pois para cada uma delas os pesos da (auto-) representação e da objetividade são distintos.

O jogo de reconhecimento expressa e se origina em relações de poder: fazer-se reconhecer como, ou seja, rejeitar uma identidade atribuída ou legitimar uma certa identidade pretendida; atribuir identidades a, inclusive de divergência, etc. Desse modo, as questões de identidade envolvem duas direções, que configuram situações diferenciadas, embora interligadas: a do "interior" do grupo, relativa à auto-atribuição de identidade, ao auto-reconhecimento, e as classificações originadas na "exterioridade" do grupo, a identidade que lhe é atribuída de fora — o mesmo podendo ser colocado em relação ao indivíduo.

Pode-se supor que a meta das lutas de grupos em torno de identidades específicas é fazer coincidir as duas direções (o reconhecimento público com a identidade pretendida), não apenas em termos da classe na qual se inserem, da nomeação que se atribuem, mas também quanto aos con-

teúdos/atributos básicos dessa classe (5), para tal recorrendo a "estratégias interessadas de manipulação simbólica que visam determinar a representação (mental) que os outros podem se fazer" (Bourdieu, 1980:65). Na atribuição de identidade a um grupo (na direção a partir de fora), as ações, hábitos, bens de cada um são objeto de "representações (mentais)" dos outros, servindo ao outro, portanto, como referenciais para situá-lo no mundo social, para designá-lo a uma certa classe ou grupo, para identificá-lo, em suma (cf. Bourdieu, 1979:563-4) — o que indica, nesta direção, a importância das práticas sociais e culturais enquanto manifestações que podem ser valoradas e interpretadas diferentemente pelo próprio grupo e pelos vários outros setores com que entra em contato. Assim, na tentativa de controlar as representações ("teatrais") liberadas e a forma de sua apreensão, ganham um lugar especial, na prática dos grupos que reivindicam o reconhecimento de uma identidade específica, a nomeação, o discurso, e as manifestações, assim como certos comportamentos e objetos (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) que pretendem carregar e projetar os sinais de identidade (cf. Bourdieu, 1980:65 e 67).

Para concluir, na busca por uma definição de identidade capaz de fundamentar positivamente estudos da questão em sociedades complexas, ao indagar o que diferencia a representação de identidade de outras representações do grupo (ou indivíduo) relativas a sua visão de mundo e sua cultura, é no reconhecimento que será encontrada a sua especificidade. Consideramos, portanto, que a identidade (social) expressa necessariamente e de modo explícito a problemática do reconhecimento social: formas de reconhecimento que envolvem disputas em torno de critérios de delimitação e qualificação de grupos (esquemas classificatórios e seus atributos) ou da pertinência de um indivíduo a ele, e que se encontram em movimento tanto a partir do interior do grupo em questão quanto a partir de outros grupos que lhe são exteriores, ou seja, da sociedade que o envolve. A disputa em torno de uma nomeação torna esses processos de reconhecimento mais claramente manifestos, mas não acreditamos ser conveniente adotá-la como critério exclusivo de definição.

IV — O momento de conflito, que é privilegiado como explicitação de posições ou interesses antagônicos, leva à construção de identidades como uma necessidade. As representações de identidade cum-

prem funções organizacionais, no grupo — demarcando seus limites (NÓS/ELES), estabelecendo uma “comunhão” por sobre possíveis elementos de ruptura —, criando simbolicamente uma unidade em torno de interesses (materiais e/ou simbólicos) ou mesmo de um projeto comum. A identidade não é homogeneidade; mas a luta em torno de uma mesma identidade expressa uma aliança diante de um adversário comum (cf. Rambaud, 1984:231).

É através do sentido que os indivíduos e os grupos dão “aos sistemas de classificação comuns pelo uso que fazem deles” que se estabelece o acordo tácito que baseia os procedimentos de exclusão e inclusão e pelo qual se definem como “nós” em relação a “eles”, aos “outros” (Bourdieu, 1979:557-8), o que permite, inclusive, o uso maleável das identidades. Entender a identidade como uma forma de classificação, que agrupa e distingue com base em um traço classificatório — que pode ser chamado de marca —, permite perceber a flexibilidade embutida no próprio processo, uma vez que a tomada de outro critério demarca novos limites e altera o referencial de reconhecimento. A diversidade de classificações possíveis dá margem para um uso maleável de identidades, de modo que pode se estabelecer uma certa hierarquia, articulando-as em identidades mais abrangentes, capazes de englobar outras mais exclusivas que, em outro nível, se oporiam entre si (cf. Penna, 1988:153, quanto à identidade nacional).

Se, em um dado momento e sob determinadas condições (por exemplo, ao curso de um enfrentamento com o patrão), o conjunto de trabalhadores de uma fábrica se reconhece como um grupo coeso diante do patrão, tendo, na sua posição nas relações de produção, o referencial para a construção de uma identidade comum de operário, isto não significa que todos são “idênticos”, que desapareceram as diferenciações internas — de sexo, de etnia, de religião, ou até mesmo de níveis de renda, etc. Neste determinado momento, elas foram relegadas a segundo plano, não estão “em foco”, não estão sendo utilizadas para estabelecer delimitações; em outras ocasiões podem se tornar, por uma série de fatores, marcas para a construção de identidades, fragmentando o grupo mais amplo.

Dessa forma, para que o prisma das identidades possa contribuir para o estudo dos movimentos sociais, temos que procurar os meios de acompa-

nhar a sua dinâmica, contra a tentação de "deduzir" a identidade do grupo (ou indivíduo) de sua objetividade, projetando a nossa própria representação sobre o grupo como sendo dele; ou, ainda, de considerar o grupo como "definitivamente constituído", estável e homogêneo. Cabe procurar verificar em que momentos e por quais fatores uma certa identidade é "assumida", quando a mobilização se dá em torno dela, como se estabelece por sobre outras possíveis fontes de diferenciação e se articula a outras formas de classificação e de reconhecimento. Pois, afinal, deve-se procurar "descrever o jogo no qual se produz esta representação", seus fundamentos e efeitos sociais (Bourdieu, 1982: 145).

Nas sociedades industriais modernas – sociedades cuja visão de mundo é marcada pela noção de individualidade, que apenas nelas se configura plenamente (cf. Mauss, 1981:373 ss. e Dumont, 1985) – e especificamente na *urbis* moderna, o agente social tem um círculo de ação enormemente ampliado, no sentido de que cumpre múltiplas atividades, interagindo em vários grupos e espaços sociais. Assim, investe-se/reveste-se de múltiplas identidades sociais, reconhece-se e é reconhecido de diversas maneiras, que dizem respeito a diferentes facetas de sua experiência social. Nesse sentido, a interseção das diversas classes (de idade, de sexo, profissional, classe social, etc.) a que pertence define, *em um momento dado* do tempo, "sua identidade social" (Bourdieu, 1979:562) – que, portanto, não se reporta apenas a uma determinada classe, nem é evolutiva ou definitiva; é, sobretudo, múltipla e potencialmente dinâmica(6). O indivíduo pode, ainda, manter lutas de reconhecimento em diferentes frentes, correspondendo à participação em diversos grupos e a distintos alinhamentos (p. ex.: na associação profissional, no partido político, num grupo de mulheres), e às quais procura dar um sentido pessoal coerente.

Assim, uma vez que, no interior dos grupos que se mobilizam em torno de uma identidade específica, a interseção dos diversos "pertencimentos" a classes pode se apresentar distinta para cada membro, torna-se ainda mais evidente que uma representação de identidade coletiva não significa a homogeneidade interna do grupo: uma identidade comum dialeticamente expressa e organiza uma aliança, estrutura e é estruturada pela dinâmica social das relações de poder.

V – Se a identidade é “este ser-percebido [*être-perçu*] que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros” (Bourdieu, 1980: 66-7), o estabelecimento de uma identidade comum, com certos conteúdos, envolve disputas no interior do grupo, pois a representação construída relega e mascara as diferenciações internas. Isto coloca a necessidade metodológica – para que a complexidade do processo não seja reduzida – de procurar apreender conjuntamente os fatores objetivos e subjetivos, em sua articulação.

Se as identidades são o próprio reconhecimento social da diferença (cf. Brandão, 1986:42 e Bourdieu, 1980: 67 e 71), as marcas da diferença são o eixo da construção de identidade que torna o grupo socialmente “visível”. Podendo ser expressas no nome e no discurso tanto em atos e coisas, transmitem, no jogo de reconhecimento, uma representação (simbolicamente) homogeneizada do grupo. A construção de uma identidade coletiva, significativa para a organização do grupo enquanto portadora de suas reivindicações de reconhecimento, implica em um processo de re-apresentação – no duplo sentido de construção de uma “imagem” a ser lançada para fora e de uma representatividade de caráter político perante a sociedade mais ampla e suas instituições –, o que sem dúvida encobre diferenciações internas, variações individuais, etc. Já que qualquer representação é elaborada sobre elementos selecionados, o processo de construção de uma identidade revelará tensões dentro do grupo – tendências das vanguardas, a existência de setores internamente dominados, etc. – e entre o grupo e a sociedade que o envolve – traços mais aceitáveis ou valorizados, mais adequados para o enfrentamento com certas instituições, etc. (7).

Os complexos processos de adoção de uma identidade perpassam os próprios processos de constituição do grupo. Isto é mais evidente nos casos em que o discurso de identidade praticamente precede a organização ou mobilização de um grupo, “a representação de sua existência e de sua unidade” se impondo, pouco a pouco, “tanto a seus próprios membros quanto aos outros grupos” (Bourdieu, 1979:560) – é o caso, por exemplo, de novas categorias profissionais. A eficácia do discurso que anuncia ao grupo sua identidade é, por um lado, proporcional à autoridade de quem o anuncia, mas depende também do grau em que

está fundamentado na objetividade do grupo a que se dirige.

As relações e tensões internas – especialmente entre as lideranças e os demais membros do grupo – explicitam o caráter construído da identidade enquanto aliança e, ainda, a problemática decorrente da adoção – por um grupo que, de fato, nunca é homogêneo – de uma identidade que, enquanto representação, reduz e homogeneiza. A complexidade das questões de identidade nos movimentos sociais impõem, como diretriz metodológica, a necessidade de procurar apreender simultaneamente os níveis objetivo e subjetivo, para que um não seja reduzido ao outro: como propõe Bourdieu (1980), “tomar em conjunto o que age junto na realidade”, as estruturas “objetivas” e, ao mesmo tempo, as relações com elas e as representações. Examinar simultaneamente, portanto:

1. a) as classificações objetivas, isto é, incorporadas ou objetivadas (por ex.: instituídas juridicamente).
b) e as relações práticas (ação ou representação) com essas classificações, particularmente as estratégias coletivas para controlá-las ou transformá-las;
2. a) as relações de forças objetivas, materiais e simbólicas,
b) e os esquemas práticos pelos quais os agentes classificam e avaliam os outros nessas relações e as estratégias simbólicas de apresentação de si que eles opõem às classificações e representações que os outros lhes impõem. (p. 67-9).

Em suma, as complexas relações – estruturantes e estruturadas – que interligam a “realidade” e as representações apontam, para as ciências sociais, a necessidade de ultrapassar as interpretações parciais que não permitem “apreender a lógica específica do mundo social, esta ‘realidade’ que é o lugar de uma luta permanente para *definir* a ‘realidade’.” (Bourdieu, 1980: 67).

NOTAS

- (1) – O tratamento da identidade como representação é encontrado em Cardoso de Oliveira (1976, 1980), Benoist (1981), Brandão (1986) e Bourdieu (1979, 1980, 1982), entre outros.
- (2) – Nesse sentido, contribuições da Psicologia Social a respeito de repre-

- representações sociais podem ser relevantes. Para uma visão geral, cf. Vála (1986).
- (3) – Para a explicitação do conceito de poder simbólico, cf. Bourdieu (1977).
- (4) – Para o conceito de “representação coletiva” na Escola Francesa de Sociologia, ver Durkheim e Mauss – “Algumas Formas Primitivas de Classificação – Contribuição para o Estudo das Representações Coletivas”. In: Mauss (1981).
- (5) – A importância, para o grupo, de se fazer reconhecer do modo pretendido reside no fato de que a identidade “é também uma categoria estratégica de articulação de relações entre sujeitos e grupos desiguais” (Brandão, 1986:125).
- (6) – Assim, não se pode pensar em *a identidade social* (enquanto única e central) senão de um modo extremamente efêmero, e como resultante das diversas identidades sociais (expressas em títulos, nomes, etc.) movimentadas pelo indivíduo. Por isso, preferimos pensar sempre em *identidades sociais*.
- (7) – Ver, por exemplo, a análise de Perlongher (1987) sobre o movimento homossexual no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARBU, Zevedei – “O Conceito de Identidade na Encruzilhada”, *Anuário Antropológico* 78, pp. 293-307.
1980
- BENOIST, Jean-Marie – “Facetas de la Identidad”, In: Lévi-Strauss (Org.)
1981 – *La Identidad*, Barcelona: Ediciones Petrel.
- BOURDIEU, Pierre – “Sur le Pouvoir Symbolique”, *Annales: économies sociétés, civilisations*, vol. 32, n^o. 3, mai-jun, pp. 405-11.
1977
- 1979 – *La Distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Editions de Minuit.
- 1980 – “L’Identité et la Représentation: éléments pour une réflexion critique sur l’idée de région”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n^o. 35, pp. 63-72.

- 1982 – “La Force de la Représentation”, In: *Ce que Parler Veut Dire*, Paris, Fayard.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues – *Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural*, S. Paulo, Ed. Brasiliense.
- 1986
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto – *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, São Paulo, Ed. Pioneira.
- 1976
- 1980 – “Identidade e Estrutura Social”, *Anuário Antropológico*, 78, pp. 243-63.
- COHEN, Abner – *O Homem Bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*, Rio, Zahar,
- 1978
- DUMONT, Louis – *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da Ideologia moderna*, Rio, Ed. Rocco.
- 1985
- GODELIER, Maurice – *Godelier: antropologia*, S. Paulo, Ed. Ática (Col. Grandes Cientistas Sociais).
- 1981
- MAUSS, Marcel – *Ensaios de Sociologia*, S. Paulo, Ed. Perspectiva,
- 1981
- PENNA, Maura – “O que faz ser Nordestino: uma contribuição ao estudo das identidades sociais”, In: *VVAA, Seminário Nordeste O que há de Novo?*, Natal, MCS/UFRN, pp. 150-163.
- 1988
- PERLONGHER, Nestor – “O Michê é Homossexual? ou: A Política da Identidade”. In: *Tronca, Italo A. (Org.) – Foucault Vivo*, Campinas, Editora Pontes, pp. 67-79.
- 1987
- RAMBAUD, Hacide – “Os Agricultores Poloneses em Luta pela Sua Identidade”, In *Drabik, Grazyna e Fernandes, Rubem Cesar (org.), Polônia: o Partido, a Igreja, o Solidariedade*, Rio de Janeiro, Editora Marco Zero / Iser.
- 1984
- RUBEN, Guilherme Raul – “Notas Críticas sobre a Teoria da Identidade”, Unicamp, mimeo.
- 1987
- VALA, Jorge – “Sobre as Representações Sociais – Para uma Epistemologia do Senso Comum”, *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 4, (Porto/Portugal), pp. 5-30.
- 1986